

FEMINISMO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: UMA ANÁLISE DAS CORRESPONDÊNCIAS ENTRE MARIA LUIZA BITTENCOURT E BERTHA LUTZ (1936)

Mag. Thiara Cerqueira Matos*

Resumo

Liderada por Bertha Lutz, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) fue el principal grupo que reclamó el derecho de las mujeres brasileñas a votar en las décadas de 1920 a 1930, que fue reconocido en 1932. Vinculada con la FBPF, Maria Luiza Bittencourt fue la primera mujer elegida como diputada estatal en Bahía (noreste de Brasil) en 1934. En el Fondo FBPF, bajo la custodia del Archivo Nacional, hay un conjunto de cartas intercambiadas entre las dos feministas, durante el período en el que la congresista estudió en la Universidad de Harvard (EE.UU). Entre los principales temas retratados están: las visitas que María Luiza realizó a asociaciones feministas del país y algunas de las articulaciones políticas realizadas en la Asamblea Legislativa de Bahía. El objetivo de este artículo es realizar un perfil biográfico de la congresista bahiana, a partir de un conjunto de correspondencias enviadas a Bertha Lutz, que forma parte del Fondo FBPF, como así también, analizar algunos de los temas mencionados. El análisis del conjunto revela algunas de las estrategias utilizadas para avanzar en la agenda de FBPF y, además, su integración con el feminismo estadounidense.

Palabras clave: Feminismo, FBPF, Brasil, Estados Unidos

Introdução

O direito ao voto (eleger e ser eleita) foi uma das principais reivindicações dos movimentos feministas, especialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos, entre o final do século XIX e início do século XX. Na América Latina, o Brasil foi o segundo país a aprovar o sufrágio feminino, em 1932, depois do Equador, impulsionado por um movimento com forte protagonismo das mulheres: a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), criada em 1922 no Rio de Janeiro.

* Centro de Estudios Avanzados (CEA), Facultad de Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Córdoba. Argentina. E-mail: thiara.matos@yahoo.com.br

A FBPF foi o principal grupo que reivindicou o direito das mulheres ao voto nas décadas de 1920-1930, embora o seu programa de atuação fosse bastante amplo. Sua agenda incluía: educação feminina, proteção da maternidade e da infância, garantias legais e práticas para o trabalho das mulheres, direitos civis e paz entre as nações¹. Algumas de suas estratégias consistiam em influenciar líderes políticos e a opinião pública em relação à sua causa² e, além disso; criar filiais em todo o país para fortalecer a luta pelo sufrágio feminino.³

As primeiras mulheres legisladoras no Brasil tiveram relações com movimentos ou associações feministas e/ou sufragistas, destacando-se entre elas a FBPF. Sua principal fundadora e presidente, a bióloga Bertha Maria Júlia Lutz (1894-1976), foi a segunda mulher eleita para o Congresso Nacional em 1934, tornando-se deputada em 1936. Maria Luiza Doria de Bittencourt (1910-2001) foi a principal fundadora da Federação Baiana para o Progresso Feminino (FBPF-Ba), criada no Estado da Bahia (nordeste do Brasil) em 1931. Formada em Direito, ela foi à primeira mulher a ser eleita deputada estadual na Bahia, em 1934.⁴

Em relação às pesquisas sobre a história do feminismo no Brasil, a FBPF e suas lideranças, Mônica Karawejczyk (2020) identifica uma dupla tendência: a generalização e a particularização. Na primeira tendência, a autora cita os estudos que tratam da emancipação feminina de forma ampla, com ênfase acentuada no papel da FBPF, entre os quais se destacam: Heleith Saffiotti (1975) e Branca Moreira Alves (1980). No entanto, a primeira enfatiza não apenas a luta por direitos políticos, mas também as reivindicações trabalhistas como foco de sua atuação⁵, enquanto a segunda ressalta o sufragismo e o conservadorismo do movimento, por não questionar os papéis tradicionais atribuídos às mulheres.⁶

Naquela mesma linha, se incluem as pesquisas das historiadoras Susan Besse (1999) e June Hanner (2003), que enfatizam o caráter burguês (e de classe média) da FBPF e de suas líderes, bem como a ausência de posições radicais em relação à ordem patriarcal e capitalista.⁷ Da mesma forma, June Hahner (2003) reconhece que as contribuições do movimento não se restringiram ao direito ao voto, contribuindo para ampliar a consciência das mulheres de classe média e legitimar diversas atividades femininas além das domésticas.

Rachel Sohiet (2006) é uma das mais importantes autoras que analisa a atuação de Bertha Lutz, como líder da FBPF e deputada federal. Diferente dos estudos anteriores, ela afirma que a regulamentação e humanização do trabalho feminino, inclusive das mulheres pobres, ocupava um lugar importante na militância de Lutz e na agenda do movimento. Esta autora cita particularmente as sugestões que a feminista apresentou

1 Maria. A ALMEIDA, 1986.

2 June E. HAHNER, 2003: p. 305.

3 Ana A. COSTA; Jaciara BRANDÃO, 2000.

4 Maria. A ALMEIDA, 1986.

5 Heleith SAFIOTTI, 1975: p.263.

6 Rachel SOHIET, 2006; Glaucia FRACCARO, 2018.

7 Rachel SOIHET, 2006: pp. 94-95.

como membro da comissão do anteprojeto constitucional, em 1933, que foram incluídas no capítulo “ordem econômica e social”⁸ e, quando passou a ser deputada em 1936, a sua proposta de criação do Departamento Nacional da Mulher, inspirada em sua visão crítica sobre o Bureau da Mulher, ligado ao Departamento do Trabalho dos Estados Unidos.

Apesar de reconhecer o reformismo de Bertha e a fragilidade do vínculo entre a FBPF e as mulheres operárias e domésticas, Soihet (2006) observa que aquelas sugestões se relacionavam a um esforço de instaurar um Estado de Bem-Estar Social. Entretanto, sua análise é demasiadamente centrada em Lutz, deixando à margem a contribuição de outras feministas da própria FBPF na elaboração daquelas propostas.

Entre as pesquisas classificadas por Mônica Karawejczyk (2020) como parte da segunda tendência, estão aquelas que analisam particularmente a atuação da FBPF e de suas líderes fora do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Em relação à Bahia, um dos primeiros estudos sobre a Federação Baiana foi realizado por Maria Amelia Almeida em 1986, que reconstruiu a história de sua criação, suas fundadoras e suas formas de atuação. Nos anos 2000, os estudos de Ana Alice Costa e Jaciara Brandão (2000) e Ana Alice Costa (2004-2005) investigaram as contribuições das feministas baianas na luta pelo sufrágio e suas relações com os políticos locais.

De maneira geral, esses estudos contribuíram para visibilizar a ação de personagens e associações de regiões periféricas do país, especialmente o norte e nordeste. Percebe-se, por exemplo, a importância do papel de Maria Luiza Bittencourt como fundadora da Federação Baiana, sua ligação com a líder Bertha Lutz e sua articulação com a FBPF, e o fato de ter sido eleita a primeira deputada baiana. Por outro lado, não há estudos específicos sobre a trajetória da legisladora baiana.

Como parte de uma terceira tendência entre as pesquisas sobre a história do feminismo no Brasil, podemos incluir Glaucia Fraccaro (2018) e a própria Mônica Karawejczyk (2020). Ambas analisam as estratégias e pautas da FBPF não como um movimento isolado ou estático, mas a partir de suas relações e disputas com outros grupos feministas e atores sociais. A primeira argumenta que a agenda da Federação foi redefinida na década de 1930: de reivindicações por direitos civis à regulamentação do trabalho feminino; como resultado de interações com mulheres operárias, militantes comunistas e uma rede feminista transnacional (Aliança Internacional de Mulheres), corrente do sufragismo estadunidense ao qual a FBPF era vinculada.⁹ Já a segunda autora analisa a atuação de Bertha Lutz e da FBPF com ênfase no sufragismo, considerando as disputas com o Partido Republicano das Mulheres, movimento liderado por Leolinda Daltro, que foi fortemente associado ao sufragismo inglês.¹⁰

Esses estudos mais recentes reforçam a importância das conexões internacionais de Bertha Lutz para legitimar a FBPF e, em alguma medida, torná-la hegemônica em relação aos demais movimentos feministas da época. No entanto, a pesquisa de Fraccaro

8 Rachel SOHIET, 2006: p. 65.

9 Glaucia FRACCARO, 2018: p. 85

10 Mônica KARAJEJCZYK, 2020: p. 50.

(2018) demonstra como, nos anos 1930, o grupo passou a priorizar a implantação da legislação trabalhista no Brasil, ultrapassando os seus limites de classe, em função das pressões advindas dos movimentos de trabalhadoras e das redes transnacionais feministas.

Não obstante, aquelas investigações seguem centradas na figura de Bertha Lutz, e pouco esclarecem a respeito das trajetórias de outras feministas da própria FBPF, das suas interações com as redes transnacionais, e até mesmo da colaboração entre algumas destas mulheres, que se tornaram as primeiras legisladoras do país.

Durante a minha pesquisa de doutorado, me deparei com uma das poucas séries documentais do Fundo FBPF, que leva o nome de Maria Luiza Bittencourt. Trata-se de um pequeno conjunto de correspondências enviadas pela deputada baiana à Bertha Lutz, quando a primeira realizava um intercâmbio nos Estados Unidos em 1936.¹¹

Quando analisadas em conjunto com jornais da época, e com outros documentos da vida acadêmica de Maria Luiza, aquelas correspondências se constituem como uma das principais fontes de pesquisa para reconstruir as circunstâncias daquela viagem, os itinerários percorridos e os contatos realizados pela deputada nos Estados Unidos. Por outro lado, as cartas revelam alguns aspectos da colaboração entre as duas legisladoras para elaborar e encaminhar suas propostas; a relação entre estas últimas e a agenda da FBPF; bem como as suas conexões com setores do movimento feminista e do governo daquele país.

O objetivo do presente artigo é realizar uma análise preliminar dos principais temas retratados pelas duas deputadas feministas nas correspondências citadas. Longe de pretender esgotá-los, minha intenção será demonstrar como a viagem de Maria Luiza aos Estados Unidos foi utilizada para que a FBPF se conectasse ou estreitasse seus vínculos com associações feministas de lá. Entretanto, seu principal resultado não foi esse.

A pedido de Bertha Lutz, a deputada baiana esteve pessoalmente no Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, durante a presidência de Franklin Roosevelt, e conheceu um pouco mais de perto a experiência do Bureau da Mulher¹², que serviu como inspiração para o Departamento da Mulher, proposto por Lutz na Câmara Federal, conforme já vimos com Sohiet (2016).

Em linhas gerais, tratava-se de um órgão responsável pela formulação e execução de políticas sobre trabalho feminino, previdência social, assistência à mulher, à infância e à maternidade.¹³

Com base na troca de correspondências entre as duas deputadas, é possível afirmar que as impressões da deputada baiana sobre o Bureau da Mulher contribuíram

11 O conjunto analisado está classificado como “BR AN, RIO QO. ADM,COR.,A936.113”

12 De acordo com Teresa Marques (2020), Bertha Lutz admirava a política do New Deal, de Roosevelt, e considerava o Bureau da Mulher como um “modelo virtuoso de assistência pública”. (p.110-111).

13 Teresa MARQUES, 2020: p. 124.

para que Bertha propusesse algo bastante diferente do que estava sendo realizado nos Estados Unidos.

Outro tema que aparece com frequência nas cartas se refere à agenda local de Maria Luiza no Legislativo Baiano. A deputada havia sido membro da comissão responsável pelo projeto de Constituição da Bahia, aprovada em 1935, ou seja, no ano anterior à sua viagem. Como veremos, um dos seus principais objetivos na Assembleia Constituinte Baiana foi garantir a inclusão, no texto legal, de dispositivos relacionados à criação de órgãos de assistência social, relacionados à saúde, educação, trabalho feminino e proteção à infância.

Entre aqueles dispositivos constava a preferência pela representação feminina naqueles órgãos. Tais normas estavam definidas no capítulo “Ordem Econômica e Social” da Constituição Federal de 1934, e foram reivindicadas por Bittencourt, no Legislativo Baiano, como uma conquista da “campanha feminista” liderada por Bertha Lutz, e da participação desta na elaboração do anteprojeto constitucional.

Durante a sua viagem aos Estados Unidos em 1936, a deputada baiana buscava acompanhar os desdobramentos daquelas conquistas na legislação ordinária, bem como a efetiva nomeação de mulheres naqueles órgãos. Portanto, as cartas trocadas entre Lutz e ela revelam algumas das estratégias que as duas utilizaram para alcançar aquele objetivo.

Dessa forma, o presente artigo busca ampliar a perspectiva sobre o uso das correspondências analisadas, que compõem o Fundo FBPF, como fonte de pesquisa sobre a história do movimento feminista no Brasil; com base em uma abordagem que leve em consideração a atuação de outros sujeitos, além de Bertha Lutz, até então pouco visibilizados pela historiografia. Mas que, ao mesmo tempo, considere as interações com ela, com as redes feministas transnacionais, outros atores e grupos sociais.

Na primeira seção do artigo, apresento o Fundo FBPF e suas principais características. Na segunda, destaco alguns dos itinerários percorridos por Maria Luiza Bittencourt até se tornar candidata a deputada na Bahia. Na terceira, explico como ela realizou a defesa de sua plataforma política, em um dos seus primeiros discursos na Assembleia Constituinte Baiana, evidenciando a sua relação com o movimento feminista. Na quarta, abordo de maneira breve a cobertura de alguns jornais da época sobre a viagem de Maria Luiza aos Estados Unidos, com o propósito de compreender como ela explicitava os motivos da sua ida, além de cursar a especialização em Harvard. Por último, me detenho propriamente sobre o conteúdo das cartas e analiso os principais temas retratados por Bittencourt e Lutz.

1. O Fundo FBPF e sua importância para a História do Feminismo no Brasil

Considerada fundamental na história do feminismo brasileiro, a Federação Brasileira para o Progresso Feminino completou cem anos de fundação, no dia 9 de agosto de

2022. Ao longo da sua existência, a FBPF liderou diversas conquistas femininas, tais como: o reconhecimento do direito de voto às mulheres, através do Código Eleitoral de 1932; as leis de proteção à mulher e à criança; o ingresso de meninas no Colégio Pedro II, dentre outras.¹⁴

Na sede do Arquivo Nacional (AN), localizada no Rio de Janeiro, constam o conjunto de documentos da Federação. Trata-se de um fundo privado, sob a guarda do referido Arquivo, que foi formado por doações, realizadas por ex-presidentes e associadas da FBPF, em diferentes períodos: 1976, 1985, 1986 e 2006.¹⁵

Conforme descrito pelo AN, o Fundo FBPF é dividido em três seções: 1) Bertha Lutz; 2) Administração; e 3) Produção intelectual de terceiros. O fundo é constituído por documentos textuais (manuscritos e datilografados), iconográficos, sonoros, bibliográficos, cartográficos¹⁶. Quanto às suas condições e possibilidade de acesso, o mesmo foi descrito por Calixto e Gouvêa como “totalmente organizado, e em processo avançado de digitalização”¹⁷. A maioria dos conjuntos documentais disponíveis pode ser acessada através do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN).

Em função da sua importância para a história do feminismo, o fundo FBPF teve sua inscrição aprovada, em 2018, na candidatura brasileira, denominada “Feminismo, ciência e política - o legado Bertha Lutz”, no Programa Memória do Mundo da Unesco.¹⁸ O conjunto documental analisado neste artigo forma parte da seção administração, que é constituída por outras subseções: correspondência, campanhas, entidades afins, entidades filiadas, estrutura e organização e eventos. De acordo com Calixto e Gouvêa, as cartas existentes no Fundo FBPF “desvelam as pautas e estratégias da federação na defesa das suas ideias”, bem como a sua “integração com organizações de todo o mundo”.¹⁹

Os documentos, que serão analisadas neste artigo, fazem parte da seção administração, subseção correspondências, ano de 1936, cuja autora é Maria Luiza Bittencourt.²⁰ Conforme se verá mais adiante, essas cartas revelam uma relação de amizade entre as

14 Andrea WANDERLEY, 2022.

15 De acordo com Calixto e Gouvêa (2020), a primeira doação foi realizada em 1976, por Maria Sabina Albuquerque (ex-presidente da FBPF); a segunda em 1985, por Ilka Duque Estrada Bastos (ex-presidente da federação), a terceira em 1986, por Renée Lamounier e Aída Mendonça de Souza, (ex-associadas da organização); a última em 2006, por Maria Luiza Carvalho de Mesquita, que acrescentou pontualmente ao fundo um passaporte que pertenceu a Bertha Lutz.

16 Estas informações constam no site do AN: <https://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>.

17 Carolina CALIXTO e Viviane GOUVÊA, 2020: p. 242. Durante a pesquisa que realizei para o presente artigo, fiz diversas consultas ao fundo FBPF em 2021 e 2022, encontrando todos os documentos que buscava.

18 Além do Arquivo Nacional, a candidatura apresentou acervos de mais três instituições brasileiras: Arquivo Histórico do Itamaraty; Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados e Centro de Memória da Universidade Estadual de Campinas.

19 Carolina CALIXTO e Viviane GOUVÊA, 2020: p. 242.

20 Apesar de diversos contatos que realizei com o AN, por e-mail, não foi possível identificar em qual período o conjunto foi doado ao Arquivo Nacional.

duas, como também algumas das estratégias utilizadas para fazer avançar a agenda da FBPF, bem como as suas conexões com o feminismo estadunidense.

2. Itinerários de Maria Luiza Bittencourt: da militância feminista à candidatura à deputada na Bahia

Maria Luiza Bittencourt nasceu em Salvador, capital da Bahia, em 31 de dezembro de 1909.²¹ Era filha única de Isaura Doria de Bittencourt e Luiz de Lima Bittencourt, médico do Exército Brasileiro. Possivelmente devido à trajetória profissional do seu pai, ela estudou no Rio de Janeiro, na Escola Municipal Leitão da Cunha (WANDERLEY 2022a). Aos 17 anos, ingressou, em 1927, no curso de Direito da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, graduando-se aos 21 anos de idade.

Durante a graduação, Maria Luiza passou a integrar a FBPF, como uma das principais ativistas do movimento e interlocutoras de Bertha Lutz. Foi também secretária e diretora da União Universitária Feminina (UUF),²² uma das entidades filiadas da Federação. Desta forma, ganhou influência não só a nível nacional, mas também no seu Estado de origem. Em 1931, criou a FBPF-Ba, junto com outras feministas da Bahia.

De 28 de agosto a 1º de setembro de 1934, a advogada liderou uma comissão responsável por elaborar propostas de alteração dos Códigos Civil, Penal e outras normas, no âmbito da II Convenção Nacional Feminista, organizada pela FBPF-Ba, na cidade de Salvador.²³ Neste mesmo evento, Maria Luiza foi nomeada entre 12 candidatos/as indicados/as aos partidos políticos, como forma de apoiar as candidaturas pró-feministas ao legislativo nacional, estadual e municipal.²⁴

Nas eleições de 14 de outubro de 1934 para a Assembleia Legislativa de Baiana, a feminista se candidatou à deputada suplente pelo Partido Social Democrático da Bahia, criado em 1933 por Juracy Magalhães, nomeado Interventor da Bahia, durante o Governo Provisório do presidente Getúlio Vargas. Suas propostas foram publicadas, sob o título “Programa da Mulher”, no Diário da Bahia, um dos principais jornais do Estado. O seu programa incluía seis temas, entre os quais: “Amparo ao lar” e “Justiça para com a mulher”.²⁵

21 FND. Certidão de Nascimento de Maria Luiza Bittencourt.

22 A UUF foi criada em 1929, com o objetivo de estimular a formação superior de mulheres voltada para o exercício de profissões liberais (VANIN, 2015).

23 Thiara C. MATOS, 2021

24 Maria A. ALMEIDA, 1986

25 Os seis temas eram: “amparo ao lar, defesa do trabalho, justiça para com a mulher, socialização da previdência, difusão cultural, paz e relações internacionais.” Biblioteca Central do Estado da Bahia [BCEB]. Diário da Bahia, 14/10/1934

3. Estreia na Assembleia Constituinte Baiana

Maria Luiza assumiu seu mandato em 7 de maio de 1935, após a renúncia do deputado titular Humberto Pacheco de Miranda.²⁶ O jornal “O Estado da Bahia”, registrou como foi a sua posse: “A deputada Maria Luiza empossou-se ontem, ocupando logo em seguida a tribuna para dizer que ali vai à missão construtiva e não como elemento exótico”.²⁷

Em 17 de maio de 1935, a advogada foi nomeada para uma comissão, encarregada de elaborar o projeto de Constituição da Bahia. Nesse contexto, Maria Luiza fez um de seus primeiros discursos como deputada e membro da comissão. Esta declaração foi publicada no dia seguinte, ocupando aproximadamente duas páginas do *Diário da Assembleia Constituinte*.

Em seu discurso, a feminista esclareceu que pretendia fazer uma “defesa de atitude”, ao afirmar:

à sua dupla responsabilidade de deputada à Assembleia Constituinte e membro da Comissão Constitucional acarreta mais uma, e de muito maior alcance, a de delegada Oficial, de representante na Assembleia, da corrente da opinião feminina organizada, do Brasil, a cuja atuação persistente e definitiva deve a mulher a participação na vida pública.²⁸

Conforme suas palavras, ela precisava falar, sobretudo, como representante do movimento feminista, que a havia impulsionado a ocupar aquele lugar, como primeira e única mulher na tribuna, e enunciar qual seria a plataforma que iria propor no novo texto constitucional. De maneira resumida, Maria Luiza definiu quais eram os “princípios diretores” da “corrente de opinião que representa”, ou seja, da FBPF: promover, através da participação política da mulher, “todas as medidas legislativas necessárias, para velar pela educação da mocidade, proteger a criança, e cercar o trabalho, especialmente o feminino de todas as garantias”.

Segundo a deputada, aquele programa foi realizado por doze anos no Brasil, traduzindo-se em medidas práticas: a participação em 1933 de Bertha Lutz na Comissão organizadora do Anteprojeto Constitucional, resultando na aceitação total de “13 princípios” sugeridos pela “líder do feminismo brasileiro”, que constam em diversos artigos da Constituição Federal de 1934.²⁹

Todos os dispositivos mencionados foram, então, incluídos no Projeto de Constituição da Bahia, no capítulo da Ordem Econômica e Social, que traçava especificamente as normas que iriam constituir o “Conselho Técnico de Assistência Social”, cuja organização

26 [BCEB]. Diário da Bahia, 08/05/1935

27 [IGHB]. O Estado da Bahia, 08/05/1935.

28 EGBA. Diário da Assembleia Constituinte, 19/05/1935

29 Os artigos citados por ela foram: 106, letra b, 108 - 113 - 121- 138 - 159 - 170, n. 10

a “corrente feminista” julgou necessário incorporar no texto constitucional, evitando deixá-las “a critério do legislador ordinário”.

A instituição desse Conselho no Brasil, prossegue Maria Luiza, teria sido pleiteado pela “campanha feminista”, como um reconhecimento da “iniciativa feminina desenvolvida há longos anos” e “sem nenhuma proteção legal”. O Conselho de Assistência Social seria um “órgão técnico, autônomo, cooperador de poderes”, cuja função era a de “promover a política de amparo social”. De acordo com ela, “nenhuma organização”, como escolas de menores ou abrigos, deveria ser constituída sem que o Conselho provasse “a necessidade de sua assistência”.

Após reforçar que a sua “missão na tribuna” era “acentuar a iniciativa feminina na instituição do espírito de Assistência Social na Constituição da República”, a deputada finalizou seu discurso pedindo a inclusão do artigo 127 no projeto em pauta. Dispositivo este que, segundo ela, instituía para o Estado o dever político de Assistência Social. Este tema será retomado mais adiante, ao longo da análise das cartas de Maria Luiza.

4. Especialização em Finanças Públicas no Radcliffe College (Harvard University)

Em 18 de fevereiro de 1936, o Jornal “A Nação - RJ” publicou uma entrevista com a “Dra. Maria Luiza Bittencourt”, realizada pelo Jornal “New York Sun”. A matéria, que continha uma foto da entrevistada, informava que a deputada realizaria uma viagem pelos Estados Unidos, após obter uma bolsa de estudos no Radcliffe College, vinculado à Universidade de Harvard, localizado na cidade de Cambridge, Estado de Massachusetts.

O jornal novaiorquino noticiou: “Os estudos da doutora Bittencourt neste país incluem entre outros assuntos a administração governamental (sic) a significação do voto nas democracias, o grau de participação que deveria ser garantido aos cidadãos pelo governo e o mínimo de direitos e liberdades que devem ser garantidos”.³⁰

Outro periódico brasileiro intitulado “O Jornal - RJ” retratou um artigo, publicado em 01/02/1936, pelo “New York World Telegram”, de autoria de Douglas Gilbert. Nesta matéria, o articulista proporcionou um espaço para que a feminista explicitasse seus objetivos e expectativas, durante a sua temporada nos Estados Unidos:

Sigo para Radcliffe, no próximo mês de abril, a fim de ali estudar. Pretendo permanecer nos Estados Unidos cerca de seis meses, durante os quais aproveitarei a oportunidade para viajar. Tenho interesse especial em questões de finanças e Direito Público, que estudarei em Radcliffe. Espero que a minha permanência aqui me facilite aprender muitas coisas uteis com os americanos, sobre métodos de

30 AN. Administração Governamental e significação do voto nas democracias. Jornal A Nação - RJ. 18/02/1936. QO. ADM. COR.CDI RJR.117.p.23.

governo e da sociedade. E, de volta ao Brasil, levarei os ensinamentos recolhidos em fonte tão valiosa.³¹

De acordo com o que foi veiculado na imprensa, a intenção de Maria Luiza era não apenas cursar a especialização em Finanças, como também aprender sobre o Estado democrático estadunidense, bem como sua organização governamental, social e jurídica. Embora a matéria do “New York Telegram” mencione que ela só seguiria para Radcliffe em abril de 1936, na correspondência que ela manteve com Bertha Lutz, Maria Luiza a informa que havia chegado ao “College”, ainda em fevereiro daquele ano, conforme se verá a seguir.

5. As cartas de Maria Luiza à Bertha Lutz

Maria Luiza Bittencourt foi admitida no Radcliffe College como “aluna pensionista, compreendendo cama e mesa e instrução”, e esteve matriculada no curso de especialização em Economia, entre 04/02/1936 e 04/06/1936. (FND, Documento s/ título)

No Fundo FBPF em análise consta um total de cinco correspondências. Todas foram enviadas por Maria Luiza a Bertha Lutz, entre os meses de fevereiro e maio de 1936, ou seja, durante quase todo o período de permanência da deputada nos Estados Unidos. Não há nenhuma carta enviada pela líder da FBPF a ela, ou trocadas entre ela e qualquer outro destinatário.

De maneira geral, essas cartas retratam as impressões de Maria Luiza sobre os EUA, sua rotina de estudos em Radcliffe, os contatos e visitas que realizou com personalidades e associações femininas e feministas pelo país, bem como sobre o tema do Conselho de Assistência na Bahia e a Conferência de Paz de Buenos Aires, que seria realizada em dezembro de 1936.

A seguir, serão analisadas detalhadamente cada carta do conjunto, a partir de um recorte dos temas mencionados acima, com exceção da Conferência de Paz, que não foi possível abordar dentro dos limites do presente artigo.

Em carta enviada em 02 de fevereiro de 1936, Maria Luiza escreveu: “Esta é a primeira carta que escrevo do College, e para você antes de mais nada, por dever de gratidão. Muito obrigada por tudo, recomendações e instruções, conselhos e estímulos. Precisava de tudo isto, e muito me têm servido”.

Após chegar a Radcliffe, a deputada destina sua primeira carta à amiga e líder, agradecendo a sua contribuição por ter chegado lá. Na mesma entrevista que havia concedido ao “New York Telegram”, publicada no dia anterior à data desta correspondência, ela menciona que teve a “sorte” de “obter a amizade e o auxílio de Bertha Lutz, bem conhecida nos Estados Unidos, onde ela esteve de visita”. A Sra. Bertha Lutz pertence à Comissão Interamericana de Mulheres e é a nossa feminista mais avançada.

31 AN. A marcha do feminismo no Brasil. O Jornal - RJ. 01/02/1936. QO. ADM,COR.CDI RJR.117.p.23.

Dessa maneira, a deputada não só reconhecia a liderança de Lutz no âmbito do movimento feminista, como também o seu apoio pessoal na viagem que estava realizando. Ao que parece, Bertha teve um papel fundamental ao facilitar, através da sua rede de contatos, as recomendações necessárias para que Maria Luiza se candidatasse ao prêmio conferido pelo Instituto Internacional de Educação, com sede em Nova Iorque, e obtivesse a sua bolsa de estudos em Harvard.³²

Nessa mesma carta, Maria Luiza contou como foi a sua chegada aos Estados Unidos, passando por Nova Iorque, Cambridge e Boston:

Em New York encontramos o mar gelado, tudo coberto de neve, um espetáculo único! Resistimos muito bem ao frio e eu ainda estou um pouco espantada com tudo quanto vi em um dia somente! [...] No dia seguinte às nove horas, embarquei para Boston. [...] A viagem para aqui foi linda, cheguei às três horas. Recebeu-me uma senhora, encarregada pelo College e uma representante do jornal da Harvard. [...] Tive um lanche na Estação e vim para Cambridge, pelo Subway. A presidente da minha casa é muito simpática, trata-me por “my dear,” [...]. Tenho dezesseis companheiras de casa, americanas, inglesas, chinesas, uma alemã e nenhuma sul-americana. Os velhos ainda estão em New York e só amanhã conhecerei o College [...]. Mas, hoje, domingo, já fui sozinha a Boston, visitei a Public Library e procurei Hotel. Vê que progresso?.³³

A deputada viajou até Nova Iorque acompanhada por seus pais, e seguiu sozinha até as duas cidades do vizinho Estado de Massachussets. Sem dúvida, um exercício de autonomia para uma jovem mulher de 27 anos, cujo feito quis compartilhar com a sua amiga e conselheira. Além disto, ela informa também como foi recebida na residência onde iria morar no College, acompanhada por outras estudantes, muitas estrangeiras, sendo ela a única sul-americana do grupo. Em outra passagem, Maria Luiza revela um pouco mais sobre as suas expectativas e impressões de viagem:

Meu trabalho começará amanhã, não sei ainda como será. Ainda não tive o programa. Meu inglês melhora com o treino forçado, porém ainda é bem mal, mas, por aqui, há semelhantes. A alemã e as chinesas também não falam bem inglês, e já estão aqui, há seis meses! Com este tempo, espero estar americana! Tenho grande entusiasmo pelo que vejo: neve, trabalho, respeito pela mulher e boa vontade para com o estrangeiro, e, me sinto capaz aos meus prodígios de esforço

32 Estas informações se baseiam em correspondências trocadas entre Bertha Lutz e a Associação Cristã Feminina (ACF), em maio de 1935, que mencionam a candidatura de Maria Luiza e a necessidade de recomendação. Estas cartas também constam do acervo do AN e fazem parte do conjunto classificado como BR AN, RIO QO. ADM, COR.,935.8

33 AN. Carta de Maria Luiza Bittencourt a Bertha Lutz, 02/02/1936. BR AN, RIO QO. ADM, COR. A936.113, p.3-5.

para corresponder a isto. Quero apenas ter sossego quanto a situação na Bahia, escreva-me, assim que qualquer coisa souber.³⁴

Disposta a aperfeiçoar seu inglês, que considerava “bem mal”, a nova estudante de Harvard demonstrava-se entusiasmada com a situação da mulher nos Estados Unidos, e sentia-se otimista quanto à sua capacidade de realizar o trabalho que iria iniciar.

Entretanto, como deputada, algo lhe preocupava na Bahia. Em um trecho anterior da carta, ela perguntou:

Que notícia me dá de (sic) Bahia? O Conselho de Assistência, votado, tem mulher, porque manda a Constituição, embora a lei não diga o Departamento ainda não existe, porque a lei ficou para a Seção Permanente, como não passou? Escrevi para Juracy e Baleeiro e vou escrever a Marieta e em junho, primeiros dias, escrevo a você para que telegrafe daí.³⁵

A lei citada por Maria Luiza, muito provavelmente, era a Lei Nº 39, de 14/01/1936, que organizava o Conselho de Assistência Social, prevendo no seu artigo 3º, inciso VI, entre os seus membros: “uma representante das associações femininas confederadas”, de idoneidade reconhecida, nomeada pelo Governador. E previa também, entre os seus membros, os diretores de quatro Departamentos: de Assistência Médico Social; da Criança; da Saúde Pública; e da Educação.

No trecho apontado na carta não fica muito claro qual departamento ela afirmou que não existia ou não foi aprovado em Lei, sendo esta a possível fonte de preocupação compartilhada pelas duas feministas. Neste sentido, a deputada informa que já havia escrito ao Governador do Estado Juracy Magalhães, ao deputado Aliomar Baleeiro, seu aliado na Assembleia Legislativa Baiana e a Marieta do Passo Cunha, uma das fundadoras e 1ª vice-presidente da Federação Baiana (ALMEIDA, 1986; p. 63).

Em outra carta, de 19/02/1936, fica um pouco mais claro a que se referia as duas amigas na correspondência já citada:

Já lhe escrevi sobre o caso da Bahia - Só em julho pode ser resolvido. Passou o Conselho de Assistência onde não se declarava o nome da mulher, nem é preciso, está na Constituição o Departamento onde quero botar a secretária mulher ficou para a seção permanente, é o que me escreve Baleeiro, em quem tenho confiança porque não tem interesse como tratar.³⁶

34 AN. Carta de Maria Luiza Bittencourt a Bertha Lutz, 02/02/1936. BR AN, RIO QO. ADM, COR. A936.113, p.6.

35 AN. Carta de Maria Luiza Bittencourt a Bertha Lutz, 02/02/1936. BR AN, RIO QO. ADM, COR. A936.113, p.5

36 AN. Carta de Maria Luiza Bittencourt a Bertha Lutz, 19/02/1936. BR AN, RIO QO. ADM, COR. A936.113, p.10.

Nesta passagem, Maria Luiza buscou tranquilizar Bertha quanto ao fato de o Conselho já ter sido aprovado, de acordo com o que previa a Constituição de 1934, ou seja, garantindo a participação feminina. Por outro lado, lhe informa que o Departamento, cujo nome não foi revelado, seria proposto ou debatido na seção permanente da Assembleia Legislativa Baiana.

Quanto à sua rotina no College, ao iniciar a sua carta, a deputada comentou:

Gelada e estafada, porém satisfeita - é a minha situação na América. Só encontro uma dificuldade o meu inglês, no mais a boa vontade é geral. [...] Recebi a resposta dos cartões que mandei em New York e vou tornar a escrever. [...] A situação política aqui é agitadíssima, e temos, parece, um início de reação à mulher, mas elas são fortes e bem organizadas. Visitarei as associações em abril. [...] Tenho chegado à hora, respondido cartas e descoberto a América sozinha, que só em livro posso contar as aventuras.³⁷

Mais uma vez, a deputada relatou sua dificuldade com o inglês e sua satisfação com os estudos, descobertas e aventuras nos Estados Unidos. Por outro lado, a feminista também informou à sua liderança, os contatos que já estava realizando pelo país e comunica que, pretendia visitar associações feministas, no mês de abril. Se na correspondência anterior, ela se mostra bastante otimista quanto à situação da mulher nos EUA, nesta carta, ela já capta algum tipo de reação às conquistas femininas por lá.

Em 6 de abril de 1936, Maria Luiza enviou outra carta à Bertha Lutz, com o timbre do Hotel Annapolis, localizado em Washington D.C. Neste documento, ela escreve: “Procurei o Aranha e a senhora do Getúlio, que me receberam admiravelmente com um almoço e pedi audiência a Miss Anderson e Lenroot porque a ministra estava fora em gozo de férias como o Presidente. [...] elas queixam-se muito da organização daqui”.

Durante o seu período de férias, Maria Luiza viajou à capital federal com o objetivo de encontrar-se com autoridades locais, por intermédio do Embaixador Brasileiro nos EUA, Oswaldo Aranha, e de Darcy Vargas, esposa do Presidente do Brasil, Getúlio Vargas. A audiência mencionada foi realizada com Mary Anderson, Diretora do Bureau da Mulher, que compunha a estrutura do Departamento do Trabalho dos Estados Unidos, presidido pela Secretária de Estado, Frances Perkins. Ela era a única mulher do Gabinete Executivo do Presidente Franklin D. Roosevelt, e a primeira a ocupar um cargo tão alto na administração federal dos Estados Unidos.³⁸ Estes foram, respectivamente, a “ministra” e o “Presidente”, citados na carta de Maria Luiza.

37 AN. Carta de Maria Luiza Bittencourt a Bertha Lutz, 19/02/1936. BR AN, RIO QO. ADM, COR. A936.113, p.8]

38 Estas informações constam no site do US Department of Labor: <https://www.dol.gov/general/aboutdol/history/dolchp03>. Acesso em 09/02/2023

Bertha Lutz já mantinha contato com autoridades do Departamento do Trabalho, pelo menos desde 1935, ou provavelmente antes disso, como resultado da sua participação em diversas conferências interamericanas ou pan-americanas.³⁹ No Fundo FBPF, na seção Administração, constam uma série de correspondências de autoria do Departamento do Trabalho. A maioria delas, com o timbre do órgão, foram enviadas por autoridades, como Mary Anderson e Katharine Lenroot, e se relacionam à atuação de Bertha Lutz na Comissão Interamericana de Mulheres.⁴⁰

Há uma única correspondência, com o timbre da FBPF, destinada à Frances Perkins. Apesar de não estar assinada, pelo seu conteúdo, é possível verificar que sua autora é Bertha Lutz. No documento, redigido em inglês, com data de 24/12/1935, a líder da FBPF menciona uma proposta que ela realizou, no âmbito da 7ª Conferência Internacional Americana, que ocorreu em Montevideu (Uruguai), no ano de 1933. Tal proposta era a criação de um “Bureau Panamericano da Mulher”, também traduzido por Fraccaro (2018, p. 158), como um “Departamento Interamericano para as Mulheres”.

Essa proposta havia antecedido a proposição do Departamento Nacional da Mulher, durante o mandato parlamentar de Bertha. Ambas se inspiravam na experiência do Bureau da Mulher, por seguir a mesma diretriz sobre a criação de órgãos especializados em políticas para as mulheres.⁴¹

Pelo texto da correspondência, percebe-se também que já havia algum contato prévio entre Perkins e Lutz, que menciona a ida ao Brasil de Frieda Miller, diretora da Divisão das Mulheres na Indústria, do Departamento do Trabalho.⁴² Em sua carta, a líder da FBPF escreveu:

[...] posso te enviar alguém para vê-la? A Dra. Maria Luisa Bittencourt, uma das minhas colaboradoras e deputada estadual pelo Estado da Bahia, está indo para Radcliffe no segundo semestre (...). Talvez você permita que ela te ligue durante a estada dela na América.⁴³

39 Participação em 1922 da I Conferência Inter-Americana de Mulheres em Baltimore (Soihet 2018, p. 134); representa o Brasil na Conferência Panamericana em Washington, em 1925; representa o Brasil na 7ª Conferência Panamericana Montevideu, em 1933 (Soihet 2018, p.137)

40 Mais informações sobre a atuação de Mary Anderson, no Departamento do Trabalho, podem ser encontradas em Glaucia FRACCARO (2018), p. 129; 157-159.

41 Glaucia FRACCARO, 2018: p. 164

42 AN. Cartas entre Bertha Lutz e O U.S. Department of Labor. Carta de 15/11/1936 assinada por Katharine Lenroot.

43 AN. Carta de Bertha Lutz a Francis Perkins, 24/12/1935. BR RJANRIO_QO_ADM_COR_A935_0094, p.11. Trecho traduzido originalmente do inglês: “[...], may I send some one to see you? Dr, Maria Luisa Bittencourt, one fo my colaboradores and member oh the state congress for the state of Bahia, is going to Radcliffe College for the second semestre, on a graduate fellowship/ Perhaps you would permite to call you on during her stay in America.

Conforme visto no trecho anterior da correspondência de Bertha, um dos objetivos da visita da deputada seria conhecer a experiência do Bureau da Mulher e tratar da proposta de criação do Departamento Interamericano para as Mulheres. No entanto, em sua carta de 06/04/1936, Maria Luiza deixou claro dizendo: “não havia nenhum “bureau” ou “ação executiva”, somente “consultas informativas e de pesquisas”, além de uma atuação mais voltada às “autoridades estaduais””.

O Bureau da Mulher foi criado com o objetivo de “fortalecer a legislação trabalhista específica para as mulheres”. E de fato, por constituir-se como um órgão sem poderes executivos, acabou tendo sua atuação bastante limitada pelo “federalismo norte-americano” .⁴⁴ Neste sentido, a percepção da deputada baiana, resultante da sua visita ao Bureau, era a de que “pouco poderiam adiantar”, ou seja, servir efetivamente como um modelo de órgão executivo de políticas específicas para as mulheres.

Cabe ressaltar ainda, uma última passagem da carta de 6 de abril, que se refere ao Conselho de Assistência Social: “Gostei muito das notícias baianas o Juracy fez-nos um enorme bem consolidando em posições dois bons elementos, aliás eu esperava isto, embora pensasse que fosse ao contrário: Lili em Educação e Edith em Assistência, isto mesmo lhe mandei dizer”.⁴⁵ Por meio desse comentário sobre as notícias da Bahia, é possível saber que duas feministas conhecidas foram nomeadas, pelo Governador Juracy Magalhães, como membros de dois Conselhos recém-criados pela Constituição Baiana de 1935. O primeiro deles era o Conselho de Educação e Cultura, para o qual foi designada a professora universitária e presidente da FBPF-Ba, Edith Mendes da Gama e Abreu. E o segundo se tratava do Conselho de Assistência Social, sendo nomeada Lili Tosta, que era jornalista e 2ª Vice-Presidente da Federação Baiana.⁴⁶

Na última carta do conjunto, Maria Luiza apenas informou o local, o mês e ano em que a escreveu: Cambridge, maio de 1936. Nesta correspondência, a deputada inicialmente justificou que a sua ida a outros Estados para contactar associações femininas/feministas, não saiu conforme esperava:

Não fui nem a Baltimore nem a Philadelphia nem a Maryland nem a Buffalo ou Chicago, somente a Washington, tendo gastado vinte horas de caminho na ida e na volta, parando alguns minutos apenas no caminho. Tive apenas 8 dias de férias, as viagens são caras e com o Fellowship estou obrigada a regime de Colleague interna.⁴⁷

44 Eileen BORIS E Michael HONEY, 1988, como citado em Gláucia FRACCARO, 2018: p.159.

45 (AN. Carta de Maria Luiza Bittencourt a Bertha Lutz, 06/04/1936. BR AN, RIO QO. ADM, COR. A936.113, p.13).

46 Segundo Maria A. ALMEIDA (1986), Edith Mendes também era escritora e foi a primeira mulher a se tornar membro da Academia Baiana de Letras, no ano de 1937. Além disso, era presidente vitalícia da Federação Baiana (p. 59). Lili Tosta também foi uma das fundadoras da FBPF-Ba (p. 69-71).

47 AN. Carta de Maria Luiza Bittencourt a Bertha Lutz, maio/1936. BR AN, RIO QO. ADM, COR. A936.113, p.15.

Portanto, sua visita às associações acabou se restringindo à capital federal, devido à sua intensa rotina no Colégio, ao seu curto período de férias, bem como por questões financeiras. Em seguida, ela acrescentou: “Com esta explanação verá que fui obrigada a limitar ao mínimo possível toda a atividade social e associativa. Conheço, apesar disso, aqui em Boston e Cambridge, os ramos da League of Women’s Votes, University Women Ass., Professional Women Club, Republicans Club e Kapa Beta. Pi., de que já sou membro “iniciado...”.

Continuando a justificar-se, Maria Luiza revelou, então, o nome de algumas associações que pôde visitar no Estado do Massachussets. Dentro dos limites deste artigo, foi possível identificar duas delas. A primeira se refere a um “ramo” da *League of Women’s Votes*, cuja fundação foi realizada em Chicago, no ano de 1920, por diversas lideranças do movimento sufragista estadunidense.⁴⁸ A segunda era a *Phi Beta Kapa Society*, criada em 1776, no Estado de Virginia, como uma sociedade estudantil, que se baseia na excelência acadêmica e em ideias liberais. Não se trata, portanto, de uma associação feminina ou feminista⁴⁹, da qual Maria Luiza já havia sido iniciada como membro, e feito um curso de inglês na sede de Boston.⁵⁰

Seguindo sua carta, a deputada mencionou ainda que em Nova Iorque, só esteve “de passagem” e não viu “ninguém”, e que, além disso, escreveu para “a residência pessoal de Miss Catt”. A pedido da líder da FBPF, Maria Luiza tentou contactar Carrie Chapman Catt, que havia sido uma das mais importantes lideranças do movimento sufragista estadunidense.⁵¹

Em outra passagem da sua carta, Maria Luiza opinou não especificamente sobre as associações que visitou, mas de maneira geral, sobre feminismo nos Estados Unidos:

Estou observando a América. Ouço queixas de todos os lados, a impressão de vitória feminina e feminista que nos dá é porque as individualidades de valor são em maior número, e conquistam posições. Mas há o individualismo e o enfraquecimento da ação coletiva total! Há uma geral injustiça com Miss Catt (esquecimento) uma multiplicação infinita de pequenas agremiações, no fundo interesseiras, a

48 Informações encontradas no site: <https://www.lwv.org/about-us/history>

49 A associação se define como a “sociedade de honra acadêmica de maior prestígio da América”, dedicando-se a defender a “liberdade de pensamento”, bem como “o valor e os benefícios da educação em artes liberais e ciências”.

50 “Meu inglês melhora. Fiz um (...) curso em Boston na sede do K.B.P II”. Carta de Maria Luiza para Bertha Lutz, enviada em 06/04/1936.

51 Carrie Chapman Catt foi presidente da National American Woman’s Suffrage (NAWSA), entidade a qual já estiveram federadas associações de 44 países, inclusive a FBPF. (Almeida 1986, p. 25) Lutz já conhecia “Miss Catt” desde os anos 1920. A mesma participou da elaboração do estatuto da Federação, esteve presente em sua inauguração em 1922, e era considerada por Bertha como a “mãe espiritual” da entidade. (Soihet 2006, p.33-34)

mulher política não frequenta, não anseia as associações. São elementos políticos partidários, viúvas de senadores, delegadas às convenções, juízas.⁵²

Em tom de desabafo, é possível perceber que a opinião da deputada, a respeito do feminismo naquele país, se distanciou bastante das suas impressões iniciais, reveladas em suas primeiras cartas à Bertha. Ao seu ver, o individualismo da sociedade norte-americana, e neste caso, específico das mulheres estadunidenses, se sobrepuja aos interesses coletivos, enfraquecendo a “ação total”, ou seja, a luta feminista. Para ela, a conquista de posições individuais não representava em si uma vitória do movimento. Por outro lado, ela criticou a atuação de mulheres que já estavam inseridas na política, por basear sua ação em interesses partidários ou profissionais, e, desvinculada das associações femininas ou feministas. Estas últimas, de acordo com a deputada, eram cada vez maiores em número, porém pequenas em termos de representação e ação coletiva, além de relegarem “Miss Catt” ao ostracismo.

Por último, nesta carta, Maria Luiza ainda comentou o tema da Assistência Social, revelando a Bertha que não sabia o que era “a mesa redonda de Assistência”, e que “da Bahia, a não ser por “Baleeiro, [...] e Juracy”, não havia recebido “notícias de ninguém”. Provavelmente, devido à uma solicitação de Lutz, a deputada a envia a documentação que dispunha sobre “Assistência”.⁵³

Conclusão

Conforme vimos, Maria Luiza obteve uma bolsa de estudos para realizar uma especialização em Finanças Públicas nos Estados Unidos. Em suas entrevistas para a imprensa, a deputada baiana declarou que pretendia também viajar pelo país, para conhecer mais de perto os métodos de governo e a sociedade estadunidense.

Durante o período em que ela permaneceu naquele país, a legisladora baiana enviou algumas correspondências à sua amiga, deputada federal e líder da FBPF, Bertha Lutz. Somente nestas cartas fica claro que ambas aproveitariam a ocasião para contactar associações feministas de lá. O plano inicial era ir a diferentes cidades, tais como: Baltimore (Maryland), Filadélfia (Pensilvania), Buffalo (Nova Iorque) e Chicago (Illinois). Entretanto, os contatos realizados por Maria Luiza se reduziram a Boston, Cambridge e Washington D.C., devido aos altos custos das viagens, o tempo de deslocamento e sua rotina intensa de estudos.

Entre os principais temas retratados nas correspondências, se destacam: a visita de Bittencourt ao Bureau da Mulher, em Washington D.C., e as articulações na Bahia,

52 AN. Carta de Maria Luiza Bittencourt a Bertha Lutz, maio/1936. BR AN, RIO QO. ADM, COR. A936.113, p.20-21.

53 No canto esquerdo da primeira página da carta, consta a seguinte uma anotação, com a assinatura de Maria Luiza: “Para onde mando a documentação de Assistência? O que quer mais?”.

para garantir a nomeação de representantes femininas nos conselhos de assistência social, educação e cultura.

No que diz respeito ao primeiro tema, vimos que após ser recebida em uma audiência com a Diretora do Bureau da Mulher, Mary Anderson, a deputada baiana informou à Bertha que o órgão era apenas consultivo e não executivo, além de limitado às esferas estaduais.

Tanto Soihet (2006) quanto Fraccaro (2018) apontam que a principal diferença entre o Bureau e o Departamento da Mulher era que, este último foi proposto como um órgão com funções técnicas-orientadoras ou consultivas, mas também executivas. Estas incluíam áreas de competência de diversos ministérios, como educação e trabalho, sendo o órgão concebido como uma “repartição autônoma dissociada de organização ministerial preexistente e com amplos poderes”.⁵⁴ Portanto, tratava-se de um órgão de políticas específicas para as mulheres em âmbito federal.

Em sua análise sobre o perfil parlamentar de Bertha Lutz, Teresa Marques (2020) afirma que a líder feminista buscava informações sobre o Bureau da Mulher com ativistas ligadas à administração Roosevelt. E que, após conhecer a advogada Sophonisba Breckinridge, na Conferência de Montevideu, ela tentava contactar Frances Perkins, sem sucesso, pelo menos desde 1934. Desta forma, Marques (2020) então conclui que o contato direto com a alta esfera da administração pública estadunidense, não resultou em efeitos práticos para Lutz.⁵⁵

Entretanto, vimos que Bertha manteve contato com Mary Anderson e Katharine Lenroot, em 1935, e que em uma correspondência endereçada à Francis Perkins, ela mencionou a visita de Maria Luiza Bittencourt. Portanto, é possível afirmar que o “efeito prático” daqueles contatos foi a própria audiência da deputada baiana com Anderson e Lenroot, por intermédio da Embaixada do Brasil nos EUA; e as conclusões compartilhadas entre Bittencourt e Lutz sobre os limites do Bureau da Mulher.

Em relação ao segundo tema, vimos que Maria Luiza e Bertha trocavam informações entre si, e com outros destinatários, buscando efetivar a indicação de duas feministas aliadas para os conselhos estaduais, previstos pela Constituição Baiana de 1935. A estratégia utilizada pelas duas foi influenciar diretamente o Governador do Estado Juracy Magalhães para realizar a nomeação; e, ao que parece, também indiretamente, através do deputado estadual Aliomar Baleeiro, e de Marieta do Passo Cunha, 1ª vice-presidente da Federação Baiana.

Pelo conteúdo das cartas, ainda é possível inferir que tanto Bittencourt quanto Lutz escreveram mais de uma vez para aqueles destinatários, tratando da mesma demanda, de modo a reforçar suas ações individuais. Por fim, a comunicação entre as duas também revela que elas foram bem-sucedidas naquelas negociações, porém o resultado final foi inesperado. Juracy Magalhães nomeou Lili Tosta, como membro do Conselho de Assistência Social, e Edith Gama Abreu, como membro do Conselho de Educação e Cultura, quando Maria Luiza esperava que fosse o contrário.

54 Teresa MARQUES, 2020: p.127.

55 Teresa MARQUES, 2020: pp. 110-111.

Algo que a deputada afirma ter comunicado ao governador, mas que não parece tê-la incomodado.

Finalmente, cabe ressaltar que as cartas revelam as percepções que Maria Luiza construiu, ao longo da sua permanência nos Estados Unidos, captando a fragmentação ocorrida nos grupos e associações feministas de lá, uma tendência comum entre os diversos países onde as mulheres haviam conquistado o direito ao voto.

Neste sentido, as correspondências analisadas se constituem como uma importante fonte de pesquisa sobre a história do movimento feminista no Brasil e suas relações com os Estados Unidos, bem como sobre os mandatos parlamentares e a colaboração entre duas das primeiras mulheres legisladoras do país.

Referências

- Ana A. COSTA; Jaciara BRANDÃO, “Feminismo na Bahia: A Federação Bahiana pelo progresso feminino no contexto da revolução de 1930”. En Alda Britto da MOTTA et al (comp.). *Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas*. Salvador: NEIM/UFBA, 2000. 338 p. (Coleção Bahianas; 5)
- Andrea WANDERLEY (a), *Série Feministas, graças a Deus! X - Maria Luiza Dória Bittencourt (1910-2001), a primeira deputada da Bahia*. Publicado em 25/03/2022. Disponível em <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=24659> [Data de consulta: 10/01/2023].
- Andrea WANDERLEY (b), *1922 - Hoje, há 100 anos VI e série “Feministas, graças a Deus!” XI - A fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Publicado em 09/08/2022. Disponível em <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?p=30702> [Data de consulta: 11/02/2023].
- ARQUIVO NACIONAL [AN] *Dia internacional da Mulher: conheça o fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*. Publicado em 08/03/2019. Disponível em https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/noticias/dia-internacional-da-mulher-conheca-o-fundo-federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino. [Data de consulta: 11/02/2023]
- AN. *O legado Bertha Lutz aprovado para Registro no Programa Memória do Mundo da Unesco*. Publicado em 23/10/2018. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/candidatura-feminismo-ciencia-e-politica-o-legado-bertha-lutz-recebe-aprovacao-para-fazer-parte-do-registro-nacional-do-brasil-do-programa-memoria-do-mundo-da-unesco-memory-of-the-world-mow [Data de consulta: 11/02/2023]
- AN. Administração Governamental e significação do voto nas democracias. *Jornal A Nação* - RJ. 18/02/1936. QO. ADM. COR.CDI RJR.117.p.23
- AN. A marcha do feminismo no Brasil. *O Jornal* - RJ. 01/02/1936. QO. ADM,COR.CDI RJR.117.p.23.

- AN. Cartas de Maria Luiza Bittencourt a Bertha Lutz. BR AN, RIO QO. ADM, COR. A936.113, p. 1-22.
- AN. Cartas entre Bertha Lutz e a Associação Cristã Feminina. BR AN, RIO QO. ADM, COR., 935.8
- AN. Cartas entre Bertha Lutz e U.S. Department of labor. BR RJANRIO_QO_ADM _COR_A935_0094
- Branca M. ALVES. *Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- Biblioteca Central do Estado da Bahia [BCEB]. Jornal Diário da Bahia, 14/10/1934. [BCEB]. O Novo superintendente da viação de São Francisco fala ao “Diário da Bahia”. Diário da Bahia, 08/05/1935.
- Carolina CALIXTO; Viviane GOUVÊA, “O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional”, em *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 239-253, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1391>. [Data de consulta: 11/02/2023]
- Cesar FEITOZA. *Unesco registra luta de Bertha Lutz por voto feminino no Memória do Mundo*. Publicado em 27/10/2018. Disponível em https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/10/27/interna_cidadesdf,715414/unesco-reconhece-batalha-de-bertha-luz-por-voto-feminino.shtml [Data de consulta: 11/02/2023].
- Eileen, BORIS e Michal, HONEY. Gender, race and the policies of the Labor Department. *Monthly Labor Review*, v.111, n.2, p.26-36, 1988
- FACULDADE NACIONAL DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO [FND]. Certidão de Nascimento de Maria Luiza Bittencourt. Pasta Maria Luiza Doria de Bittencourt 1927. s/p.
- FND. Documento traduzido s/título. Pasta Maria Luiza Doria Bittencourt. Nº 44
- Glaucia FRACCARO, *Os direitos das mulheres: feminismo e trabalho no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- Heleith SAFFIOTI. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA [IGHB]. O Estado da Bahia, 08/05/1935.
- EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA [EGBA]. Diário da Assembleia Constituinte, 19/05/1935, pp. 351, 354-355
- Iole VANIN. *As damas de branco: médica, odontólogas e farmacêuticas*. 1.ed. Curitiba: Appris, 2015.
- June E. HAHNER, *Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDNUSIC, 2003.
- Maria A. ALMEIDA, *Feminismo na Bahia (1930-1950)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, 1986.

- Mônica KARAWEJCZYK. *As filhas de Eva querem votar [recurso eletrônico]: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil*. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.
- Rachel SOIHET, *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDNUSIC, 2006.
- Teresa MARQUES, *Bertha Lutz [recurso eletrônico]*. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2020. (Série perfil parlamentar; n. 73 e-book). Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30679>. [Data de consulta: 14/09/2023].
- Thiara C. MATOS, “Las demandas contra el “derecho de matar” y por derechos civiles de las mujeres en Brasil (1920-1930): primeros intentos de una genealogía feminista”, em *Polémicas Feministas*, 2(5), 1-17. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/polemicasfeminista/article/view/35688> 2021. [Data de consulta: 11/02/2023].
- U.S. DEPARTMENT OF LABOR. Chapter 3: The Department in the New Deal and World War II 1933-1945. Disponível em <https://www.dol.gov/general/aboutdol/history/dolchp03>. [Data de consulta: 10/01/2023].